IMPOSTOS

Varejo critica isenção para vendas on-line

Em encontro com Haddad e Bernardo Appy, representantes do setor se disseram "pegos de surpresa" com medida anunciada na sexta-feira e cobram isonomia

O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, disse, ontem, que membros do órgão foram pegos de surpresa pela portaria do Ministério da Fazenda, publicada na última semana, que zerou a alíquota de importação para compras no exterior de até US$ 50. A declaração ocorreu após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.

Gonçalves alegou que a portaria é prejudicial ao varejo brasileiro e pode gerar um aumento do desemprego. As compras internacionais online estarão sujeitas às novas regras a partir de agosto. "Não queremos redução de impostos. Queremos mais isonomia", disse o presidente do IDV.

Também participaram do encontro os dirigentes do varejo, José Aparecido dos Santos (Magazine Luiza), Sergio Zimerman (Petz), Fabio Faccio (Lojas Renner), Marciel Costa (Grupo Soma) e outros membros do instituto. Na última quinta-feira foi publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) a nova regra. As compras em sites estrangeiros com produtos enviados para pessoas físicas no valor de até US$ 50 (média de R$ 240) serão isentos do Imposto de Importação, desde que a empresa esteja cadastrada em um programa criado pela Receita para monitorar essas operações.

> **Não podemos ter medidas que beneficiem apenas quem vem de fora. Saímos daqui otimistas, mas com moderação"**
>
> ***Gonçalves Filho,*** *presidente do IDV*

Gonçalves Filho afirmou ainda que é a favor da entrada de novas empresas no mercado brasileiro, mas que as regras colocadas na portaria beneficiam quem não gera emprego no país. "Queremos que todos possamos trabalhar com as mesmas condições", disse. "Saímos daqui otimistas. O ministro foi sensível e vamos trabalhar nas medidas necessárias para alíquota justa para todos".

O presidente da Petz, Sérgio Zimerman, que também participou da reunião com Haddad, disse que o setor trabalha há três anos contra o que considera uma "ilegalidade". Segundo ele, não é justo o varejo brasileiro pagar mais imposto do que quem vem de fora do país.

"Não podemos ter medidas que beneficiem apenas quem vem de fora. Saímos daqui otimistas, mas com moderação", afirmou.

Controvérsias

Em abril,o tema foi alvo de polêmica. O ministro Fernando Haddad era favorável à cobrança de remessas entre pessoas físicas, estratégia usada por esses sites para burlar o Fisco, mas acabou recuando depois de manifestações públicas da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja — que reprovou a medida.

Conforme a nova regra, deixam de recolher impostos compras de até US$ 50 em sites, nacionais ou estrangeiros, que se inscreverem no programa Remessa Conforme da Receita Federal — que dá tratamento aduaneiro mais rápido para quem aderir às normas. Esses sites terão também de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do item.

A empresa que não aderir ao programa do Fisco vai ficar sujeita à regra antiga. Nela só são isentas remessas postadas entre pessoas físicas no valor de até US$ 50. No caso de envios de sites para pessoas físicas, será cobrada uma alíquota de 60% sobre o valor do item. (**Agência Estado**)

Roque de Sá/Agência Senado



Gonçalves Filho diz que IDV se surpreendeu com nova norma. Empresas que não aderirem ao programa do Fisco ficarão sujeitas à regra antiga

Abras teme aumento da cesta básica

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) estima que a proposta de reforma tributária pode gerar alta de 59,63% em impostos de itens da cesta básica e de higiene no país. O presidente da entidade, João Galassi, se reuniu, ontem, na capital de São Paulo, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir os impactos do projeto sobre o setor.Ele entregou ao chefe da pasta estudo feito pela instituição a respeito do tema.

O texto da reforma tributária prevê que 1.380 itens terão cobrança de 50% da alíquota que será aplicada a bens e serviços. "Alguns produtos aumentam até 60%. Mas há estados como o Paraná, que têm uma desoneração maior, em que o aumento de impostos pode chegar a 161%. Poucos estados podem ter ganho, apenas Roraima e Sergipe. Mas todos os estados têm aumento brutal", disse Galassi ao sair do encontro com Haddad.

O presidente da Abras afirmou também que está conversando com o relator da reforma tributária na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para sugerir a criação de uma cesta básica nacional. "Criando a cesta básica nacional, podemos estender a regra tributária, garantindo o abastecimento da população sem aumento de tributos", defendeu.

"O governo está sensível e trará uma solução pra a cesta básica. A reforma tributária é importantíssima e estamos felizes com o empenho do governo em fazer os ajustes necessários", destacou Galassi.

No levantamento da Abras, foram considerados produtos como arroz, feijão, carnes, ovos, legumes, dentre outros. A associação levou em conta a adoção reduzida em 50% sobre a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) prevista de 25%, que está em discussão. Segundo a entidade, os estados da região Sul serão os mais afetados, caso o projeto seja aprovado no Congresso Nacional.

O Centro-Oeste e o Sudeste aparecem logo em seguida na lista, com alta prevista de 69,3% e 55,5%. Para o Norte e o Nordeste, o crescimento deve ser de 40,5% e 35,8%, respectivamente.

TRIBUTAÇÃO

Mourão diz que reforma fere Pacto Federativo

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) disse, ontem, que a proposta de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional fere o pacto federativo e pode condenar o principal objetivo, de simplificação dos tributos via legislação única.

O parlamentar defendeu a criação de uma legislação única e, ao mencionar o pacto federativo, sugeriu contrariedade à criação de um Conselho Federativo que controle a arrecadação no lugar de estados e municípios. Ele fez os comentários em entrevista ao jornalista Roberto D'Avila, na GloboNews.

"É um assunto que, na minha visão, rompe o pacto federativo. Nós estamos vendo reações de governadores, dos prefeitos das grandes cidades. E qual é o problema central? A pergunta é sempre a seguinte: qual é o problema que nós temos que resolver? Nós temos um sistema tributário que é complicado e caro. Então vamos simplificar. Hoje cada estado tem uma legislação para o ICMS e cada município tem uma legislação para o ISS. Então acho que a grande coisa é criar uma legislação única. Na primeira parte resolvemos isso, e depois vamos avançar para questões posteriores", disse.

Mourão, que foi vice-presidente da República de Jair Bolsonaro (PL), disse ver a questão com "apreensão", por não estar sendo discutida no Congresso de "forma ordenada".

"Acho que vamos ter uma discussão muito grande, da forma que isso está colocado, e não vamos chegar a lugar nenhum. Não vamos resolver o problema que a gente quer resolver. Nunca aquele aforisma 'o ótimo é inimigo do bom' foi tão verdadeiro", afirmou.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Apesar dos poderes

O mundo está confuso, confundindo as confusões nacionais, vistas por muitos como coisa nossa, tipo samba, feijoada e caipirinha, e poucos dão bola ao grande contexto das transformações monumentais dessa era.

O que vemos, vivemos e conhecemos está mudando aceleradamente e isso traz ansiedade, na partida, desconforto, quanto mais a mudança ganha tração, e negação, entre aquela parte da sociedade que teme perder o que conquistou para um novo mundo que não entende. Assim estão todos em toda parte. E estamos nós, talvez ainda no estágio da ansiedade.

A dúvida parada no ar, embora não formulada pois não refletida, é se estamos tendendo para o Paraguai, onde quase nada acontece em termos de tudo, ou para a Índia, onde tudo se mistura — tecnologias capazes de criar identidade digital para 1,4 bilhão de habitantes, construir armas nucleares e dezenas de milhões se virando com pequenos negócios graças a aplicativos no celular. Que queremos ser? Índia ou Paraguai?

Os líderes políticos não sabem. Se soubessem, estariam discutindo os caminhos para fazer do país outra potência econômica no mundo, com os atributos que acompanham esta ascensão — de influência geopolítica à formulação das inovações tecnológicas que estão marcando a década.

Quem transita nesta esfera não perde tempo com a chefia das agências da Funasa, repartição que integra a saúde ao saneamento público, que o governo Lula quis extinguir e o Congresso não concordou. Não compõe base parlamentar com bancadas de centro-direita e direita — portanto, não afins — sem uma linha programática pactuada de condução do país. Política movida por pecúnias custa caro, entrega pouco e é infiel.

Essas são nossas desventuras e idiossincrasias — as travessuras, por assim dizer, abonadas pela riqueza das commodities, de grãos e carne a minérios e petróleo, parte da qual compõe o seguro das reservas de divisas formadas desde o primeiro governo Lula contra riscos externos e amortece a inflação. Mas esse diferencial pode render muito mais.

O investidor estrangeiro sabe que o colchão de liquidez não se liga à dívida pública — quase inteiramente em reais, ao contrário do que agoniza Argentina, Venezuela e outros latinos —, garantindo o livre fluxo de seus capitais. Só sai com menos se fizer uma má aplicação. Este é um trunfo valioso do país neste tempo conturbado no mundo.

O que nos falta é ambição

O país não é uma ilha isolada em meio às circunstancias distantes. O que acontece lá fora sempre nos atinge, embora não, necessariamente, o inverso seja verdade, e é isso que pode e tem de ser mudado.

Com distanciamento crítico, o que se vê olhando-se de fora é um país estável politicamente (sim, estável), com mercado de consumo de massa praticamente inexplorado, integrado fisicamente, sem revoltas étnicas nem religiosas, sem riscos naturais (vulcões, terremotos, furacões, tsunamis), sem vizinhos hostis, com população ainda jovem e atuante.

Isso é muito mais do que Índia e Indonésia, últimos países grandes a abraçar o desenvolvimento movido a investimentos e tecnologia, além de ações para promover a mobilidade social, dispunham ao abandonar a falta de ambição e assumir uma estratégia nacional de longo prazo.

Nossa realidade expõe um país travado ou incapacitado de realizar o seu potencial mais pela falta de coesão e dinamismo das elites — de todas as elites — que por políticas populistas gravemente desviantes.

Isso é chocante, mas hoje a confluência de incertezas no mundo torna a nossa mediocridade um pesadelo só nosso, não para os dinheiros que rodam as praças econômicas globais em busca de barganhas sem riscos.

A riqueza bate à porta

A inflação dos ativos nas últimas duas décadas, que começou a inflar com os socorros financeiros depois da grande crise de Wall Street em 2008, engrossou com os programas para contornar a recessão e alcançou valores superlativos na pandemia, criou US$ 160 trilhões de "riqueza de papel" no mundo, segundo estudo do McKinsey Global Institute.

Essa expansão de ativos financeiros, de papéis de dívida soberana a ações, de hipotecas a dívidas de empresas securitizadas, expressando a "financeirização" da economia, não implicou crescimento da economia real em igual proporção. Cada US$ 1 de investimento gerou US$ 1,90 de dívida, diz o estudo. A normalização da política monetária nos países ricos, com alta de juros contra a inflação e fim do tal "quantitative easing", prenuncia o enxugamento da papelada sem lastro resgatável.

É aí que entramos neste enredo de aflições, esticado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, onde grupos rivais a Putin se estranham, e pela rivalidade aparentemente incontornável entre EUA e China.

Os fluxos de capitais livres no mundo, em valores muito acima do PIB global da ordem de US$ 101 trilhões em 2022, estão batendo à nossa porta, assim como da Índia e de outras grandes economias emergentes, pedindo para entrar antes que o arrocho autoinduzido nos EUA e Europa e algum evento geopolítico, provocado ou natural, os façam encolher ou sumir.

Atrativos multiplicados

Essa pressão benigna vinda de fora, se guiada internamente, e talvez quanto mais discreto seja o movimento maior sua eficácia, pode forçar correções de rumo a despeito do que queiram ou que façam ou deixem de fazer os dirigentes e representantes eleitos. Falta-nos malícia.

E inteligência estratégica, para avaliar que qualquer fração dos capitais administrados pela BlackRock, Vanguard, State Street (um trio de gestores globais cuja carteira conjunta detém cerca de 22% de todas as ações das 500 empresas e bancos do índice S&P 500, da Bolsa de Nova York, e mais de 10% das ações do FT 300, da Bolsa de Londres) que aportar por aqui, com ativos baratos, terá um impacto absurdo.

Os atrativos estão no potencial do que há por fazer e na ausência de risco político doméstico à vista. Com ação concertada para aprovar no Congresso as reformas que visam aumentar a produtividade sistêmica da economia, como a tributária e os muitos tópicos da agenda do chamado Custo Brasil, os atrativos se tornarão exponenciais. Não se falará de risco fiscal, já que o grosso desses dinheiros é privado.

Ah, dirá o cético, e por que não investem nos Estados Unidos? Estão investindo, inclusive dinheiros públicos, e na Índia, no Vietnã. E não só fundos dos EUA, onde a necessidade sepultou o fundamentalismo da era Reagan e Thatcher, mas capitais da China e da Europa.

Estamos em meio a uma mudança de era, como diz estudo da Rand Corp, think tank do Departamento de Defesa dos EUA, segundo o qual "o futuro da rivalidade EUA-China terá pouca semelhança com as lutas titânicas dos últimos dois séculos". Será híbrida e quase invisível.

Está é a oportunidade que bate à porta. Abri-la pode nos redimir do subdesenvolvimento secular. Senão eles, que sejamos nós a abri-la.